

# CALAMIDADE NO RS

## Reajuste salarial gera polêmica em Lindolfo Collor

**Lindolfo Collor -** Repercutiu em redes sociais a aprovação e sanção de projeto reajustando salários a partir de 2025. A prática é legal, mas a oficialização da proposta em meio à comoção das enchentes motivou críticas.

O prefeito Gaspar Behne (PP) sancionou a lei que reajusta os subsídios do chefe do Executivo, vice-prefeito, secretários e vereadores de Lindolfo Collor a partir de 2025, no próximo mandato municipal. O projeto do Executivo havia sido aprovado na Câmara, no início do mês, por seis votos a favor e dois contra.

Nas redes sociais, moradores da cidade de seis mil habitantes reagiram, questionando a medida na atual crise. Internautas usaram termos como "vergonha".

O maior reajuste é para o chefe do Executivo, que passa para R\$ 14.500,00. O vice-prefeito e os secretários municipais passarão para R\$ 6.800, um aumento proporcional de 20%. Já na Câmara, os vereadores terão aumento de cerca de R\$ 289,06. A remuneração, que hoje é de R\$ 2.760,94, chegará a R\$ 3.050. A exceção é o presidente da Câmara, que passa a receber R\$ 3.589,22.

### Contraponto

"Na verdade estávamos atrasados, todos os municípios da região já aprovaram e foram sancionados os aumentos. Mas talvez tenha sido no momento errado diante dessa tragédia", diz o prefeito.

O gestor observa ainda que os vencimentos do Executivo e Legislativo não sofrem reajuste há oito anos. "No período da pandemia foi acordado que não haveria aumento. Agora nós só cumprimos determinação constitucional relativa à fixação dos subsídios dos agentes públicos do município para a próxima legislatura. Não se trata de ato ilegal ou inconstitucional."

## Orsi em Brasília para a Marcha dos Prefeitos

**Campo Bom -** O prefeito de Campo Bom e presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luciano Orsi, foi a Brasília participar da XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Além da Marcha, Orsi também deve participar de agendas com ministros do governo Lula para tratar de ações e medidas a favor dos municípios gaúchos atingidos pela maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul. "Temos a Marcha dos Prefeitos, onde pautas gerais, mas também específicas serão abordadas", explica.

O gestor tem encontro marcado com Alexandre

Padilha, ministro das Relações Institucionais, e espera também poder entregar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o pedido de reconsideração da parcela do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). "Temos planos de trabalho aguardando liberação de recursos, o início das informações sobre as danificações de habitações, e buscamos a ampliação da medida de concessão de parcela extra do FPM para todos os municípios ou, no mínimo, para os que estão em situação de emergência", detalha.



Luciano Orsi



## Ação de vereadores sobre enchente em N. Hamburgo

**Novo Hamburgo -** Vereadores do PSDB ingressaram com ação na Justiça para exigir que o governo municipal providencie o bombeamento imediato da água represada no bairro Santo Afonso após a enchente que alagou o bairro. A ação, movida contra a Prefeitura de Novo Hamburgo, foi assinada pelos vereadores Raizer Ferreira, Felipe Kuhn Braun e Semilda dos Santos, a Tita.

"A região está alagada há mais de duas semanas devido às chuvas intensas no RS. Após muita insistência e pressão diária sem respostas efetivas do governo municipal, buscamos na justiça garantir os direitos da população", justifica o texto.

A Prefeitura de Novo Hamburgo respondeu através de nota. A administração classificou a ação como "exclusivamente eleitoreira em ano de eleições municipais, sem pé nem cabeça".

O governo garantiu, ainda, que tem feito tudo o que deve ser feito, seguindo orientações técnicas e priorizando a segurança dos moradores em re-

lação ao dique, inclusive com acompanhamento do Ministério Público (MPRS).

A administração acrescentou também que buscou ajuda do Exército e está instalando uma bomba de alto desempenho para fazer a drenagem da área alagada.

"O trabalho para iniciar a recuperação da Casa de Bombas, que está submersa, só é possível a partir da redução do nível do rio, conforme verificado pelo próprio MP, o que possibilitaria o içamento e remoção dos motores para o necessário conserto deles", diz a nota.

No final da tarde desta segunda-feira (20), a 4ª Vara Cível do Fórum de Novo Hamburgo negou o pedido liminar da ação, cuja intenção era obrigar o governo municipal a iniciar imediatamente o processo de bombeamento da água represada.

A decisão do juiz Daniel Pellegrino Kredens foi confirmada pela assessoria do Tribunal de Justiça (TJ/RS) às 15h30. Com isso, o processo seguirá sua tramitação normal. **(Isaias Rheimer)**

## Leite: "debate pertinente" sobre adiar as eleições

O governador Eduardo Leite (PSDB) disse nesta segunda-feira (20), em entrevista ao jornal O Globo, que "não vai poder retardar muito" a discussão sobre adiar ou não a eleição municipal de outubro. A possibilidade de mudar a data do pleito vem tomando corpo no meio político devido ao impacto das enchentes na rotina dos gaúchos.

Questionado sobre a necessidade de adiamento da eleição para escolha de prefeitos e vereadores, Eduardo Leite disse que se trata de um "debate pertinente". "Junho já é um momento pré-eleitoral e em julho se estabelecem as convenções", sinalizou.

Na opinião do governador, a troca de governos municipais pode atrapalhar o processo de reconstrução de dezenas de cidades gaúchas. "O próprio debate eleitoral pode acabar dificultando a recuperação", acrescentou.

### Tribunais

Oficialmente, nem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) falam sobre o assunto. Amanhã (22) acontece a posse do novo presidente do TRE e a expectativa é que, a partir disso, o tema entre em debate. O desembargador Voltaire de Lima Moraes assume a presidência da corte no lugar da desembargadora Vanderlei Teresinha Kubiak.

Sexta-feira (17), o jornalista e promotor aposentado Cláudio Brito, apresentador da Rádio ABC 103.3 FM e colunista dos jornais do Grupo Sinos, publicou texto analisando que somente com uma emenda constitucional seria possível adiar a eleição municipal em um Estado apenas. "A classe política deverá dar o primeiro passo, se for dominante a ideia de um novo calendário eleitoral", menciona o texto do artigo.

## Acesso do Vale à capital é pela RS-118 e RS-040

Os motoristas que utilizam a BR-116 não encontram mais bloqueios entre o Vale do Sinos e Porto Alegre. No entanto, isso não significa que os condutores possam acessar imediatamente a capital. Isso ocorre pelo fato dos acessos à cidade continuarem bloqueados devido aos alagamentos que afetam o Estado.

Ao dirigir pela BR-116, os motoristas encontram a entrada pela Avenida Zaida Jarros, no acesso ao Aeroporto Salgado Filho, interrompido. Outra possibilidade era sair da BR-116 em direção à BR-290 (free way) e entrar na capital pela Avenida Assis Brasil, porém, também há impedimento. A terceira via, na Avenida Castelo Branco, está igualmente bloqueada pelas águas.

Então, como acessar Porto Alegre? São duas alternativas: a primeira é utilizar a BR-116 e dirigir até Sapucaia do

Sul, acessando a RS-118 e seguindo pela rodovia estadual até Viamão, chegando na RS-040 e enfim, na capital. Esse trajeto pode levar até 1h50 saindo do bairro Ideal, em Novo Hamburgo.

A segunda alternativa também acaba na RS-040, mas, ao invés de acessar a RS-118 em Sapucaia do Sul, o motorista pode ir até a free way e entrar na 118 apenas em Gravataí. O caminho é mais longo em relação ao primeiro.

REPRODUÇÃO EPTC



Acesso pela Bento Gonçalves na capital

## Procon atua junto ao Balcão do Consumidor

O Departamento do Consumidor (Procon RS) atua, desde esta segunda-feira (20), em parceria com o Balcão do Consumidor para atendimento, registro de reclamações e orientação ao consumidor neste momento de calamidade pública no Estado.

A parceria já existia anteriormente, mas foi expandida com o aumento de atendimentos até 31 de maio. O prazo poderá ser prorrogado conforme o número de demandas e o restabelecimento dos sistemas e telefones do Procon RS.

"Essa é uma parceria muito importante para estendermos as possibilidades de atendimento. Sabemos que é um momento no qual precisamos facilitar ao máximo o fluxo de demandas dos consumidores", explica o diretor do Procon RS, Rainer Grigolo.

O Balcão do Consumidor é um projeto

do Procon RS com universidades que busca soluções administrativas para questões ligadas ao direito do consumidor, sem processo judicial.

Nos municípios em que existir Procon Municipal, os consumidores devem procurá-lo (exceto nos casos em que o serviço esteja inoperante em razão da calamidade).

### Abuso de preços

As denúncias sobre abusos de preços de produtos e serviços devem ser encaminhadas para o Procon municipal da região ou para o e-mail do Procon RS (procon@justica.rs.gov.br).

Tanto para registros de reclamações quanto para denúncias, é importante apresentar comprovante de endereço, documento de identificação e documento comprovante da relação de consumo (nota fiscal, contrato, cobrança, boleto) ou da denúncia a ser realizada (fotos, notas fiscais).